

Cimeira Internacional da Profissão Docente

Cada vez estamos mais cientes do que se pode fazer para melhorar os resultados na educação para todos os alunos. Melhorar resultados não é simples, mas o princípio subjacente às reformas importantes é-o: conhecimento é poder.

POR **Nick Gibb**

Secretário de Estado da Educação do Reino Unido

TRADUÇÃO
Leonor Barroso

É

para mim uma honra inaugurar a Cimeira Internacional da Profissão Docente. Esta conferência constitui uma excelente oportunidade para os políticos,

sindicatos e representantes dos professores das nações do Reino Unido e de outros países de todo o mundo debaterem como se pode continuar a fazer progressos na educação.

Fortalecer a autoridade dos professores para oferecerem uma excelente educação aos seus alunos constitui o cerne do que faço enquanto Ministro-Adjunto dos Padrões Escolares. Cada vez estamos mais cientes do que se pode fazer para melhorar os resultados na educação para todos os alunos. Melhorar resultados não é simples, mas o princípio subjacente às reformas importantes é-o: conhecimento é poder.

Conhecimento de provas a respeito de uma prática de ensino eficaz; conhecimento da investigação da ciência cognitiva acerca da memória; e um currículo rico em conhecimento que habilita todos os professores a conseguirem melhores resultados escolares para todos os alunos.

66

Mitos da educação, amplamente difundidos, ligados à falácia de que são os alunos que devem orientar a sua própria educação, e não os professores

Cada vez mais, a investigação na educação está a denunciar teorias obsoletas que ainda são frequentes em muitos meios. No seu artigo “Mitos Urbanos da Educação”, publicado em 2013, Kirschner e Van Merriënboer desvelam três mitos

da educação, amplamente difundidos, ligados à falácia de que são os alunos que devem orientar a sua própria educação, e não os professores.

Estes três mitos são incompatíveis com o conhecimento da ciência cognitiva e a melhor prática de ensino. Munir os professores desta investigação que desfaz mitos melhora o seu conhecimento e habilita-os a proporcionarem aulas de elevada qualidade.

O primeiro mito é que, actualmente, os alunos são “digitais por nascença” e, como tal, a sua educação deve implicar uma imersão na tecnologia digital. Contudo, o artigo de Kirschner e Van Merriënboer conclui que a educação de um aluno pode ficar prejudicada se o ensino reforçar a ideia errónea de uma aparente aptidão técnica dos alunos da Geração Y (ou *Millennials*).

O segundo mito é que cada aluno tem o seu estilo de aprendizagem próprio e que a educação deve estar ajustada ao estilo de cada um. Pela minha experiência, este é um mito particularmente persistente nas escolas em Inglaterra.

A EFF (*Education Endowment Foundation*), Fundação para o Apoio da Educação, – uma instituição de caridade independente fundada pelo governo em 2011 com o objectivo de descobrir o que funciona na educação – concluiu o seguinte a respeito dos estilos de aprendizagem:

Estudos em que as actividades de ensino estão direccionadas para alunos específicos baseadas num determinado “estilo” de aprendizagem não têm revelado, de forma convincente, qualquer benefício significativo, sobretudo para os alunos com resultados mais fracos. Os impactos registados são geralmente reduzidos ou negativos.

Também Kirschner e Van Merriënboer concluem que:

Embora seja uma ideia atractiva, não há provas consistentes de que os estilos de aprendizagem enquanto tais existam de facto e de que haja qualquer benefício em adaptar e conceber a educação e o ensino à medida destes alegados estilos.

Os autores também constatarem, em conformidade com a EFF, que o ensino adequado aos supostos estilos de aprendizagem dos alunos pode ter um efeito nocivo nos resultados dos alunos.

O terceiro mito é que tudo aquilo que é necessário conhecer e aprender é que ensinar conhecimento é supérfluo porque para as crianças ficarem a saber tudo o

que quiserem basta-lhes um clique no rato. O corolário desta convicção é que o ensino devia, em vez disso, focar-se em competências e aptidões genéricas.

Este mito ainda impera nas conferências internacionais de educação – como muitos aqui presentes saberão. Argumenta-se que, agora que os alunos têm uma quantidade aparentemente ilimitada de conhecimento armazenada nos seus *smartphones*, é apenas necessário garantir que os alunos aprendem a aprender.

Este mito é, intuitivamente, muito atractivo, dado o exponencial crescimento tecnológico por que estamos a passar, mas o argumento não é novo. Em 1914, defendia-se que as pessoas instruídas não são aquelas que sabem tudo, mas aquelas que sabem onde encontrar, de imediato, a informação que desejam.

E isso estava errado em 1914 e está errado hoje. Como ED Hirsch escreveu em 2000:

Existe um consenso na psicologia cognitiva de que, para adquirir conhecimento, é necessário conhecimento. Conhecimento gera conhecimento. Não basta dar aos alunos os instrumentos para descobrirem conhecimento. Décadas de investigação dizem-nos que, para compreender e reter informação nova, os alunos têm de ter conhecimento prévio com o qual associar essa nova informação.

Garantir que os professores têm acesso a investigação de elevada qualidade habilita-os a darem aulas que evitem cair nestes tentadores, mas falaciosos mitos, melhorando os resultados na educação de todos os alunos.

Muitos dos mitos que atravessam a educação servem-se do contexto do século XXI como justificação. Diz-se aos professores que este novo milénio requer uma educação que dê aos alunos liberdade para resolverem problemas, tendo em vista o desenvolvimento das aptidões de que necessitam para serem bem sucedidos nas economias modernas.

Defende-se que os professores devem ceder lugar às actividades de resolução de problemas e permitir aos alunos aperfeiçoarem o seu pensamento crítico. Mas, actualmente, as provas contra esta posição são esmagadoras e temos de garantir que estas provas não são escondidas dos professores.

Por exemplo, uma investigação desenvolvida na Holanda por Kroesbergen, Van Luit e Maas comparou resultados de alunos mais fracos divididos em dois grupos.

Um deles teve a educação conduzida por professores; o outro foi educado com um método centrado na criança. A experiência considerava o automatismo dos alunos e a sua capacidade para resolverem problemas. Os alunos que receberam educação explícita de um professor superaram significativamente os seus pares nesta experiência. E por todo o mundo têm-se verificado resultados semelhantes. Klahr e Nigam, da Universidade de Pittsburgh, investigando os efeitos relativos do método de ensino directo e da aprendizagem baseada na descoberta verificaram o seguinte:

Não apenas muito mais crianças aprenderam a partir do ensino directo do que da aprendizagem baseada na descoberta, mas também, quando lhes foi pedido que fizessem juízos científicos mais vastos e mais elaborados, as muitas crianças que aprenderam *design* experimental através de ensino directo foram tão bem sucedidas como as crianças que descobriram o método por si próprias. Estes resultados põem à prova as previsões derivadas da presumida autoridade das abordagens baseadas na descoberta no ensino de jovens dos procedimentos básicos para as primeiras investigações científicas.

E os resultados dos testes PISA (Programa para a Avaliação Internacional dos Alunos) de 2015 – que examinam a capacidade dos alunos para resolverem problemas científicos – também corroboram esta descoberta. Apenas em três países não se verificou que os alunos com maiores níveis de ensino dirigido por um professor tenham atingido resultados significativamente melhores. Na maioria dos países, os alunos que afirmaram ter níveis mais elevados de ensino baseado na investigação alcançaram resultados significativamente piores.

A investigação é clara neste ponto: não é permitindo aos alunos que se comportem como cientistas nas aulas que eles ficam melhor preparados para se tornarem os cientistas do futuro. É ensinando-lhes o conhecimento científico que os alunos ficam melhor preparados para se tornarem os cientistas do futuro. Para se caminhar aos ombros de gigantes é necessário que se comece por subir aos seus ombros.

Conceder aos professores acesso a esta investigação pedagógica é crucial para melhorar os resultados. Não apenas a investigação mostra, cada vez mais, o que funciona melhor, mas nós próprios começamos a perceber porque é que isso

funciona melhor. E este entendimento é crucial para melhorar, não apenas os resultados, mas também a equidade.

Devido ao maior conhecimento que temos na ciência cognitiva, sabemos que as pessoas têm memórias de trabalho muito limitadas, que lhes possibilitam deter de três a sete porções de informação de cada vez. Todavia, a nossa memória de longo prazo é ilimitada – para todos os efeitos práticos. Por isso, se os professores querem que os alunos sejam capazes de resolver problemas ou pensar de forma crítica sobre um tema, é importante que os alunos já tenham um conhecimento de domínio específico sobre esse tema armazenado na sua memória de longo prazo.

O artigo seminal de Sweller sobre a carga cognitiva demonstrou a importância do conhecimento de domínio específico para o sucesso dos alunos na resolução de problemas. Esta área de investigação corrobora o ponto de vista de que conceber um currículo rico em conhecimento que garanta que os alunos adquiram um vasto conhecimento é a melhor forma de os preparar para resolverem problemas aplicando o seu conhecimento.

Um artigo anterior de Burner e Ross sobre a resolução de problemas já tinha demonstrado a importância de orientar os alunos afastando-os dos erros ao ajudar crianças pequenas a resolverem problemas – reduzindo assim a complexidade cognitiva para a resolução de um novo problema. Entre os outros aspectos relevantes de ensinar crianças a resolverem um problema, Burner e Ross destacaram também a importância de realçar as características cruciais de um problema e adaptar soluções a uma tarefa – ambas características fundamentais do ensino de alta qualidade.

E o conhecimento que subjaz ao ensino orientado por um professor disseminou-se em princípios gerais de ensino a que os professores podem facilmente recorrer quando projectam as aulas.

O conhecimento é poder para os professores. Mas também o é para os alunos.

Garantir que todos os alunos têm acesso ao conhecimento de que necessitam consiste em melhorar os resultados educativos e a equidade. Em Inglaterra, o governo focou-se em garantir que todos os alunos têm acesso a um currículo rico em conhecimento.

Recentemente, o Fundo Fiduciário Sutton (Sutton Trust) – uma respeitada



instituição de caridade que promove a mobilidade social – apresentou provas de que, em Inglaterra, é menos provável que alunos desfavorecidos com grandes capacidades frequentem uma escola que tenha um currículo académico estimulante do que os seus pares com maior capacidade económica. Do mesmo modo, o Sutton Trust apresentou provas que sugerem que as escolas que procuram um currículo que privilegie um conjunto de disciplinas obrigatórias é benéfico para os alunos – especialmente aqueles que vêm de meios mais desfavorecidos.

Blanden e Macmillan – ao analisarem a desigualdade e a mobilidade social – sugeriram que uma política educativa focada apenas em padrões não era suficiente para encorajar a mobilidade social. Em vez disso, também devia haver um enfoque na difusão do acesso às habilitações de maior valor.

Em Inglaterra, o governo incentivou as escolas secundárias a ensinarem Inglês, Matemática, pelo menos duas ciências,



Muitos dos mitos que atravessam a educação servem-se do contexto do século XXI como justificação

História ou Geografia e uma Língua estrangeira, para que mais alunos – independentemente da sua proveniência – tenham estas habilitações de maior valor aos 16 anos. Estas habilitações, não apenas oferecem aos alunos uma vasta educação

académica, mas também facilitam o acesso às melhores universidades do país.

Tendo em vista a melhoria dos padrões e da equidade, é imperioso que se proporcione a todos os alunos – independentemente da sua proveniência – um vasto currículo rico em conhecimento, académico e de grande prestígio, que cubra as disciplinas básicas acima mencionados, a par de uma educação prolífera em artes que possibilite aos alunos um apreço mais profundo pela sua cultura.

Conhecimento é poder. Temos de conceder poder aos professores para colocarem em prática métodos de ensino bem documentados. Precisamos de garantir que os professores têm um conhecimento actualizado da ciência cognitiva e das suas implicações quer para o que se ensina, quer para o modo como se ensina. E precisamos de conceber currículos ricos em conhecimento de tal forma que os alunos tenham a maior oportunidade para o seu sucesso.

Obrigado. ■